

São Paulo

DATA MERCANTIL

RS 2,00

Sábado, 04 e Segunda - feira, 06 de julho de 2020

Edição N° 103

www.datamercantil.com.br

Porto seguro dos investimentos, ouro registra valorização de 53% no ano



Os números do ouro no primeiro semestre mostraram que o metal continua sendo um porto seguro e tanto para momentos de alta volatilidade. No período dos últimos seis meses, o ativo teve grande valorização: aumento de 52,97%, segundo dados da consultoria Economatica. No início da pandemia, quando as bolsas mundiais tiveram uma queda drástica, o ouro se valorizou no sentido oposto, afinal a maior aversão ao risco faz com que os investidores corram para ativos mais seguros.

O metal é considerado um ativo para momentos de incerteza e está presente ao longo de toda a história da

humanidade: foi considerado divino por culturas milenares, consolidou reinados e foi fundamental para balizar a força dos países na formação da economia capitalista, uma vez que as nações eram medidas de acordo com as reservas internacionais de ouro. Em momentos de crise é para ele que os investidores recorrem, o que explica a sua repentina valorização. Como a economia é cíclica, porém, logo após as crises os investidores tentam se desfazer do metal, o que causa sua repentina desvalorização.

O segundo na lista de ativos que tiveram maior alta no semestre foi o dólar: valorização de 35,86% no período.

do. Esse resultado também está relacionado com a busca por segurança, afinal o dólar é a moeda mais utilizada no planeta, presente em cerca de 80% de todas as transações mundiais. Depois do dólar, o terceiro ativo que teve grande valorização foi o Euro, com alta de 35,83% no período. O CDI e a poupança, apesar de serem ativos bastante seguros, tiveram uma pequena alta, o que pode ser explicado pelos juros baixos, que tornam esses investimentos pouco rentáveis. No período o CDI teve alta de 1,75% e a poupança de 1,38%. Já o Ibovespa teve queda drástica, de 17,80% no período.

Veja/Biznews

Economia



Copom mira em atividade econômica e inflação de 2021, diz diretor do BC

O diretor de política econômica do Banco Central, Fábio Kanczuk, afirmou, nesta sexta-feira (3), que o olhar do Copom (Comitê de Política Monetária) para a próxima reunião estará na atividade econômica e em seus efeitos na inflação de 2021.

Página - 03

Negócios



Tecido para roupas e carros promete eliminar vírus e vários tipos de bactérias

Desafiadas pela pandemia da covid-19, indústrias brasileiras intensificaram pesquisas e desenvolvimento de tecidos inteligentes, capazes de neutralizar o coronavírus e várias bactérias.

Página - 05



Quem vendeu imóvel para comprar outro e foi pego pela pandemia perde isenção de imposto

Pela lei, o contribuinte que vende um imóvel tem seis meses para comprar outro sem ter que pagar pelo chamado ganho de capital. O imposto aplicado é de 15% sobre a diferença de preço.

Página - 08

No Mundo

China acusa manifestante em Hong Kong de terrorismo por bandeira com slogan separatista



Um homem de Hong Kong que carregava uma bandeira com o slogan “Liberte Hong Kong, revolução do nosso tempo” tornou-se, sob a nova lei de segurança nacional, a primeira pessoa acusada de terrorismo e de incitar o separatismo no território.

Nesta semana, Tong Ying-kit, 23, foi filmado quando dirigiu uma moto contra um grupo de policiais acionados para dispersar manifestantes contrários à nova legislação.

Nas imagens, é possível ver o momento em que o homem atropela três policiais e cai da moto. Ele foi preso, a princípio, por direção perigosa, mas, nesta sexta-feira (3), autoridades de Hong Kong modificaram a acusação e o homem responderá por incitação ao separatismo e por terrorismo.

Aprovada na terça (30), a lei de segurança chinesa visa coibir atos considerados de secessão, subversão, terrorismo ou conluio com potências estrangeiras contra a ditadura comunista chinesa.

Para os ativistas pró-democracia e para parte da comunidade internacional, entretanto, a lei representa um retrocesso para os direitos dos hongcongueses e uma ameaça imposta pela China continental à liberdade no território.

O regime liderado por Xi Jinping nega as acusações e diz que a legislação visa “causadores de problemas”.

Para autoridades de Pequim e Hong Kong, a lei de segurança não afetará os direitos e liberdades que sustentam o papel da ex-colônia britânica como centro financeiro nem alterará o modelo “um país, dois sistemas”, no

qual há liberdades econômicas e civis inexistentes sob a ditadura comunista.

O slogan “Liberte Hong Kong, revolução do nosso tempo”, presente na bandeira carregada por Tong Ying-kit, já se tornou um clássico dos protestos pró-democracia.

Na interpretação do regime chinês, a frase conota separatismo e subversão, de acordo com um comunicado divulgado pelo governo nesta quinta-feira (2). Sob a nova lei, esses tipos de crime, em casos extremos, podem ser punidos com prisão perpétua.

Na quarta-feira (1º), pelo menos dez pessoas foram enquadradas pela nova legislação, entre as 370 presas durante as tradicionais manifestações que marcam a devolução de Hong Kong ao domínio da China.

Folhapress

Macron inicia reformulação do governo ao colocar ‘senhor desconfinamento’ como premiê

O presidente da França, Emmanuel Macron, nomeou Jean Castex como seu novo primeiro-ministro nesta sexta-feira (3).

Castex, 55, prefeito conservador da pequena cidade de Prades, no sudoeste francês, tornou-se conhecido pelos franceses em abril, quando assumiu a coordenação da estratégia de reabertura do país na tentativa de se recuperar da crise provocada pelo novo coronavírus.

A missão rendeu a ele o apelido de “senhor desconfinamento”. Autoridades do Palácio do Eliseu, residência oficial e sede da Presidência francesa, atribuem a Castex o “sucesso do desconfinamento” da França.

O agora ex-premiê Édouard Philippe apresentou sua renúncia a Macron nesta sexta (3). Após discussões “calorosas e amigáveis”, Macron e Philippe “concordaram

sobre a necessidade de formar um novo governo para encarnar uma nova etapa, um novo rumo”, de acordo com assessores do presidente.

A mudança no gabinete era considerada iminente desde a derrota sofrida pelo partido de Macron, a República em Marcha (LREM), nas eleições municipais do último domingo (28).

Marcadas por um índice de abstenção histórico, as votações consolidaram o avanço do Partido Verde, de oposição ao governo. O partido de Macron perdeu em quase todas as grandes cidades francesas.

O próprio Philippe venceu o pleito em seu reduto eleitoral, Le Havre, no norte da França. Analistas políticos avaliam que o ex-premiê é mais popular que o presidente e pode emergir como rival de Macron nas próximas eleições presidenciais, em 2022.

Folhapress



Casos de coronavírus sobem em 37 estados norte-americanos

Quase 40 estados norte-americanos registraram alta nos números de casos de covid-19, segundo análise da Reuters nessa quinta-feira (2), o último sinal de que a pandemia do coronavírus, que parecia estar no final, está recrudescendo.

A Flórida, entre os estados mais atingidos pelo sur-

to em junho, registrou mais de 10 mil novas infecções, o maior pico até agora. A Califórnia, outro epicentro da nova explosão de casos, viu os testes positivos subirem 37% e as hospitalizações 56% nas duas últimas semanas.

As novas infecções subiram em 37 dos 50 estados nos últimos 14 dias, comparados com as duas semanas ante-

riores em junho, de acordo com a análise da agência.

Os Estados Unidos já registraram mais de 128 mil mortes relacionadas ao novo coronavírus, quase um quarto do total registrado no mundo.

A onda de novos casos tem feito governadores voltarem atrás nos planos de reabertura, após meses de lockdowns rígidos, fechando

praças e cancelando shows de fogos de artifício tradicionais no fim de semana do Dia de Independência do país.

“Ainda não saímos desta crise. Estamos na primeira onda da pandemia. Ela requer um nível de responsabilidade pessoal”, disse o governador da Califórnia, Gavin Newsom.

Steve Holland e Brendan O'Brien/Reuters/ABR

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Preço da gasolina cai durante a pandemia e fica 13% mais barato em 2020



O preço da gasolina caiu 13% desde janeiro no Brasil, segundo levantamento da ValeCard, responsável por gestão de frotas e meios de pagamentos. A queda se deu, principalmente, por causa do avanço da pandemia de Covid-19 em todo o planeta.

Em janeiro, quando o combustível vinha em alta, o preço havia alcançado R\$ 4,762, o maior valor de 2020. Já em junho, a gasolina encerrou cinco meses de recuo e era possível abastecer o carro por R\$ 4,14 o litro, acima de 60 centavos mais barato do que no início do ano.

Os dados foram obtidos por registros de transações realizadas com o cartão de abastecimento da ValeCard em aproximadamente 20 mil

estabelecimentos credenciados. A ValeCard costuma fazer um levantamento quinzenal, mas realizou uma comparação anual para sentir os efeitos do preço dos combustíveis. Entre os meses de junho de 2019 e junho de 2020, a queda foi de 11%.

Em maio, quando atingiu o menor valor, a gasolina teve um preço médio de R\$ 4,01 nos postos do país, ou treze centavos por litro mais barata do que no mês seguinte.

O Rio de Janeiro foi o estado que apresentou os preços médios mais altos em junho, R\$ 4,601, seguido pelo Acre, a R\$ 4,5. São Paulo tinha o terceiro menor valor: R\$ 3,902.

A maior alta percentual na comparação com maio foi no Distrito Federal, que variou 7,88%, saindo de R\$ 3,735 e chegando a R\$ 4,029 no va-

lor cobrado pelo litro da gasolina. Já o único estado que registrou queda foi o Amapá, com redução de 4,81%.

Entre as capitais, Belém-PA foi a cidade com maior valor médio em junho (R\$ 4,684). Depois veio o Rio de Janeiro-RJ (R\$ 4,588) e Rio Branco-AC (R\$ 4,449). Os preços mais baratos foram vistos em Curitiba-PR (R\$ 3,671), João Pessoa-PB (R\$ 3,796) e Vitória-ES (R\$ 3,887).

Na última quarta (1), a Petrobras anunciou nova elevação nos preços da gasolina e do diesel a partir desta quinta (2), no que foi o sétimo aumento seguido no preço da gasolina, que subiu, em média, 3%. O reajuste no diesel, de 6%, é o quarto consecutivo.

Diego Garcia/Folhapress

Copom mira em atividade econômica e inflação de 2021, diz diretor do BC

O diretor de política econômica do Banco Central, Fábio Kanczuk, afirmou, nesta sexta-feira (3), que o olhar do Copom (Comitê de Política Monetária) para a próxima reunião estará na atividade econômica e em seus efeitos na inflação de 2021.

“O olho do comitê estará na atividade agora, numa lógica temporal com foco na atividade agora e pensando na inflação de 2021. Como se tivesse um tempo longo de efeito da política monetária”, disse em evento virtual promovido pelo banco Safra. Ele declarou que o comitê discutirá também o formato da recuperação econômica pós-pandemia.

“Essa recuperação, pelo menos o início dela, será que será um V, ou não? Para o cenário básico do Copom, a letra mais adequada é um swatch, que no início dá uma volta firme, depois um retorno mais suave, como um símbolo de check”, avaliou.

Analistas consideram que o retorno da atividade econômica em V é aquele que a queda é acentuada, mas a volta também é acelerada, na mesma proporção.

Para a inflação, embora o cenário básico da autoridade monetária aponte para 3,20% em 2021, ele explicou que o comitê considera também outros cenários.

“A inflação esperada para o ano que vem é mais próxima da meta do que a prevista neste cenário”, esclareceu.

A análise desses cenários alternativos abre espaço para cortes residuais na Selic, segundo o diretor. Para 2021, a meta é 3,75%, com tolerância de 1,5 ponto para cima e para baixo.

Além disso, ele ponderou sobre o retorno da economia após o fim dos auxílios do governo, criados por causa da pandemia do novo coronavírus.

“O Copom estará mais de olho nos dados de atividade do que esteve nas reuniões anteriores”, pontuou.

Larissa Garcia/Folhapress



Rendimento médio de brasileiros cai a 82% em maio devido à covid-19



Os dados fazem parte de um trabalho realizado pelo pesquisador Sandro Sacchet de Carvalho, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e divulgado nesta quinta-feira (2). Segundo o levantamento, que tem por base dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Covid-19, realizada pelo IBGE, o auxílio emergencial do governo foi fundamental, principal-

mente para as camadas de menor renda da população.

“A pesquisa buscou avaliar os impactos da pandemia sobre o rendimento do trabalho e o impacto do auxílio emergencial na renda domiciliar. A gente mediu os efeitos através da diferença entre a renda efetivamente recebida e a renda habitualmente recebida. Os dados da PNAD mostraram que no mês de maio a renda efetiva foi só 82% da habitual. Uma queda dessa ma-

gnitude, sem dúvida, foi pelo impacto da pandemia”, explicou Sacchet de Carvalho.

O economista destacou a importância do auxílio emergencial pago pelo governo federal a trabalhadores que tiveram seus rendimentos afetados por conta da pandemia.

“A gente mostra que não só os informais foram muito afetados. Os domicílios de baixa renda também tiveram uma grande perda da renda habitual. Aqueles que

têm renda próxima de um salário-mínimo receberam só 49% da renda habitual. Entretanto, quando a gente soma outras fontes de renda, inclusive o auxílio emergencial, a renda deles se aproxima de 100% do que seria sem a pandemia. O auxílio emergencial foi indispensável para que esses domicílios mais pobres conseguissem manter o mesmo rendimento que estavam habituados a receber”, frisou.

IstoéDinheiro

Política

Serra é denunciado pela Lava Jato de SP sob acusação de lavagem de dinheiro



O Ministério Público Federal em São Paulo denunciou nesta sexta-feira (3) o ex-governador paulista e hoje senador José Serra (PSDB), 78, sob acusação de lavagem de dinheiro transnacional. A filha do tucano, Verônica, também foi denunciada pela equipe da Lava Jato de São Paulo.

Segundo a Procuradoria, também foi autorizado o bloqueio de cerca de R\$ 40 milhões em uma conta na Suíça, embora não seja esclarecida qual é essa conta. De acordo com a força-tarefa, a informação está sob sigilo.

Com autorização da Justiça Federal, oito mandados de busca e apreensão estão sendo cumpridos em São Paulo e no Rio de Janeiro nesta sexta-feira para dar andamento às investigações.

Alguns imóveis ligados a Serra estão entre os alvos da operação, inclusive a sua

residência. A operação foi batizada de Revoada.

Segundo o Ministério Público Federal, foram cometidos crimes até 2014. Em 2018, o Supremo Tribunal Federal decidiu que crimes atribuídos a Serra cometidos até 2010 estavam prescritos.

Segundo a denúncia, nos anos de 2006 e 2007, Serra “valeu-se de seu cargo e de sua influência política para receber, da Odebrecht, pagamentos indevidos em troca de benefícios relacionados às obras do Rodoanel Sul”.

“Milhões de reais foram pagos pela empreiteira por meio de uma sofisticada rede de offshores no exterior, para que o real beneficiário dos valores não fosse detectado pelos órgãos de controle.”

De acordo com as investigações, José Amaro Pinto Ramos e Verônica Serra constituíram empresas no exterior, ocultando seus nomes, e

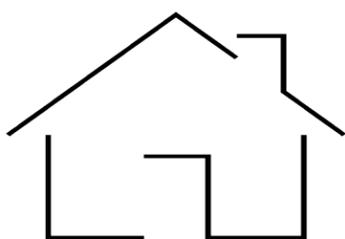
por meio delas receberam os pagamentos que a Odebrecht destinou ao então governador paulista. Serra governou o estado de 2007 a 2010.

“Neste contexto, realizaram numerosas transferências para dissimular a origem dos valores, e os mantiveram em uma conta de offshore controlada, de maneira oculta, por Verônica Serra até o final de 2014, quando foram transferidos para outra conta de titularidade oculta, na Suíça.”b3

José Amaro Pinto Ramos tem sido apontado por delatores nos últimos anos como lobista e operador ligado aos tucanos. Segundo a Procuradoria, ele não foi alvo da denúncia porque tem mais de 70 anos e os crimes atribuídos a ele prescreveram -as investigações apontam que ele teria cometido irregularidades só até 2007.

José Marques/Folhapress

Governo vai lançar programa para regularizar escritura de moradias



O governo federal deve lançar um programa para facilitar a legalização de imóveis urbanos no país. A informação foi divulgada nesta quinta-feira (2) pelo ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, durante live com o presidente Jair Bolsonaro.

“Temos hoje de 10 a 12 milhões de unidades habitacionais que não têm escritura pública, então vamos lançar um programa que vai apoiar os municípios brasileiros, para que eles possam fa-

Entidades promovem neste final de semana virada pela democracia nas redes sociais

Cerca de 70 entidades da sociedade civil realizam nas redes sociais neste sábado (4) e domingo (5) o festival Virada pela Democracia. Entre outras, participam OAB, ABI (Associação Brasileira de Imprensa), SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Comissão Arns e movimentos sindicais que formam a campanha Brasil pela democracia.

A campanha, lançada no dia 29 de junho, busca se unir aos movimentos com bandeiras em defesa das instituições democráticas e críticos ao governo de Jair Bolsonaro que têm surgido nas últimas semanas.

O site da iniciativa frisa que a vida no país está ameaçada pela “descoordenação do governo federal no combate à pandemia” da Covid-19. As ações incluem o uso das hashtags #BrasilpelaDemocracia e #BrasilpelaVida.

A abertura da virada será nesta sexta-feira (3), às 18h, com uma live sobre

mobilização social para responder à crise, transmitida na página do Facebook do movimento. Entre os participantes estão a bióloga e presidente do Instituto Questão de Ciência, Natália Pasternak, e o médico sanitário Eugenio Scannavino Netto, do projeto Saúde e Alegria.

A programação ao longo do final de semana inclui painéis sobre liberdade de imprensa, participação política, corrupção, meio-ambiente e ditadura, além de atividades culturais e manifestações, que poderão ser acompanhados nas redes sociais das entidades participantes da campanha.

No sábado, às 16h, a ABI promove um painel sobre o projeto de lei sobre fake news, aprovado pelo Senado e em tramitação na Câmara. No domingo, a OAB realiza, a partir das 11h, uma live com manifestos em defesa da democracia do presidente da entidade, Felipe Santa Cruz, e ex-presidentes da ordem.

Folhapress



zer valer a legislação que já existe, desde o ano 2000, e foi repaginada em 2017, para termos pequenas reformas habitacionais e a legalização fundiária nas cidades brasileiras”, anunciou Marinho.

Sobre o novo programa de habitação popular do governo, que vai substituir o Minha Casa Minha Vida, o ministro falou que as tratativas estão sendo concluídas e o lançamento oficial pode ocorrer nos próximos 15 dias.

“A nossa ideia é justamente diminuir o juro habitacional, isso passa pela questão

da remuneração do fundo de garantia [FGTS], já que está havendo uma diminuição da taxa Selic, e essa redução vai permitir que um número grande de famílias tenha acesso ao financiamento da casa própria”, comentou.

Rogério Marinho disse que desde o início do ano passado, já foram entregues 500 mil novas moradias populares no país, pelo programa Minha Casa Minha Vida, com investimentos, segundo ele, de R\$ 5 bilhões.

Rafael Vilela/ABR

LAGEF Participações S.A.						
CNPJ/MF nº 29.057.511/0001-21						
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
Balço Patrimonial		Demonstração do Resultado		Demonstração do Fluxo de Caixa		
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
	(não auditado)	(não auditado)	(não auditado)	(não auditado)	(não auditado)	(não auditado)
Ativo						
Circulante	25.024	6				
Caixa e equivalentes de caixa	101	4				
Tributos a recuperar	3	2				
Instrumentos financeiros – debêntures	24.920	–				
Não circulante	41.171	44.241				
Investimentos	41.171	44.241				
Total do ativo	66.195	44.247				
	2019	2018				
	(não auditado)	(não auditado)				
Passivo						
Tributos a recolher	–	1				
Total do passivo	66.195	44.246				
Patrimônio líquido	56.238	31.208				
Capital social	16.143	16.143				
Reserva de capital	(6.186)	(3.105)				
Prejuízos acumulados	66.195	44.247				
Total do passivo e patrimônio líquido	66.195	44.247				
	2019	2018				
	(não auditado)	(não auditado)				
Demonstração do Resultado Abrangente						
Prejuízo do exercício	(3.081)	(3.105)				
Resultado abrangente do exercício	(3.081)	(3.105)				

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.

Tecido para roupas e carros promete eliminar vírus e vários tipos de bactérias



Desafiadas pela pandemia da covid-19, indústrias brasileiras intensificaram pesquisas e desenvolvimento de tecidos inteligentes, capazes de neutralizar o coronavírus e várias bactérias. A Rhodia do Brasil criou um fio de poliamida antiviral e antibacteriano para confecção de tecidos para diversas aplicações, como vestuários e bancos de veículos. A startup Nanox desenvolveu um composto químico que, impregnado ao tecido, também evita a ação do vírus.

A pandemia foi o que levou a Rhodia a apressar o desenvolvimento do fio com ativos que bloqueiam a contaminação e a proliferação de vírus e bactérias. Se o tecido feito com o fio receber o vírus (por toque de mãos ou espirros, por exemplo), ele se torna inativo e perde a capacidade de contágio. Seu efeito é permanente, ou seja, não perde a capacidade após lavagens.

A Rhodia já começou a exportar o fio, chamado de Amni® Virus-Bac OFF para a Itália e negocia com outros países da Europa, Ásia e EUA. O produto teve sua

eficácia comprovada por laboratório independente, seguindo protocolos têxteis das normas internacionais ISO 18184 e AATCC100. Ele também neutraliza também outros vírus como influenza e herpesvírus.

O professor Fernando Barros de Vasconcelos, que coordenou por 40 anos o curso de engenharia têxtil da Faculdade de Engenharia Industrial (FEI), afirma que há alguns anos a indústria passou a agregar aos tecidos tecnologias com diferentes atributos, como proteção solar, anticelulite e que ajudam em cicatrizações. “A Rhodia é pioneira na tecnologia de aplicar produtos dentro dos fios de poliamida para diferentes funções”, diz.

“O fio não é um escudo contra o coronavírus, mas algo adicional no seu combate para trazer mais segurança aos usuários, e não substitui os cuidados orientados pela Organização Mundial de Saúde (OMS)”, ressalta Renato Boaventura, vice-presidente de Poliamida e Fibras da Rhodia.

Única empresa homologada pela Rhodia para fabri-

car e distribuir produtos com o novo fio para o setor automotivo, a Chroma-Líquido Tecidos Tecnológicos vai colocar no mercado, ainda este mês, capas protetoras para bancos de veículos que serão vendidas em concessionárias.

Biznews

GIP Medicina Diagnóstica S.A. - CNPJ/MF nº 43.721.026/0001-31					
Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Reclassificado) (Valores expressos em milhares de reais - R\$)					
Relatório da Administração: Atendendo às disposições legais e estatutárias, especialmente o artigo 133, parágrafos I e II da Lei 6.404/76, a Administração da GIP Medicina Diagnóstica S.A. apresenta aos Senhores Acionistas e torna público, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.					
Balço Patrimonial		Balço Patrimonial		Administração	
	2019	2018		2019	2018
	(não auditado)	(não auditado)		(não auditado)	(não auditado)
Ativo/Circulante	70.759	82.487	Passivo/Circulante	38.001	24.775
Caixa e equivalentes de caixa	41.204	61.049	Fornecedores	12.506	8.643
Títulos de capitalização	125	325	Empréstimos e financiamentos	9.119	11.712
Contas a receber de clientes	21.804	15.441	Salários e encargos trabalhistas	4.134	3.070
Impostos a recuperar	3.570	3.128	Obrigações tributárias e sociais	627	853
Adiantamentos a fornecedores	1.433	192	Passivos de arrendamento	11.118	–
Estoque	1.473	1.533	Outras contas a pagar	497	497
Instrumentos financeiros derivativos	361	381	Não circulante	99.668	112.269
Outros ativos	789	438	Empréstimos e financiamentos	27.225	11.269
Não Circulante	146.154	18.264	Passivos de arrendamento	72.257	–
Depósitos judiciais	30	6	Provisões para Contingências	186	–
Outros investimentos	961	261	Patrimônio líquido	79.244	64.707
Imobilizado	68.645	17.773	Capital social	119.055	119.055
Ativos de direito de uso	75.787	–	Capital social a integralizar	–	(37.646)
Intangível	731	224	Prejuízos acumulados	(39.811)	(16.702)
Total do ativo	216.913	100.751	Total do passivo e do patrimônio líquido	216.913	100.751
	2019	2018		2019	2018
	(não auditado)	(não auditado)		(não auditado)	(não auditado)
Demonstração do Fluxo de Caixa			Demonstração do Fluxo de Caixa		
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(23.109)	(8.454)	Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Prejuízo líquido do exercício	(23.109)	(8.454)	Mútuos e empréstimos recebidos (concedidos) a partes relacionadas	–	2.456
Ajustes conciliatórios e prejuízo líquido do exercício c/c caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:			Aquisição de outros investimentos permanentes	(700)	–
Depreciação e amortização	10.652	3.109	Aquisição de ativos intangíveis	(507)	(114)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.288)	(1.446)	Aquisição de ativos imobilizados	(56.796)	(1.419)
Lucro (prejuízo) na alienação de imobilizado	169	33	Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(58.003)	923
Juros e atualizações monetárias	12.454	4.026	Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			Empréstimos e financiamentos tomados	23.818	6.241
Contas a receber de clientes	(5.075)	(1.624)	Pagamento de passivo de arrendamento	(6.514)	–
Impostos a recuperar	(442)	(1.053)	Juros pagos	(2.975)	(3.837)
Outros ativos	(1.312)	(1.545)	Pagamento do principal de empréstimos	(10.727)	(11.063)
Depósitos judiciais	(23)	(5)	Aumento de capital social	37.646	62.059
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	41.247	53.400
Fornecedores	3.862	1.563	Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(19.845)	50.048
Salários e encargos trabalhistas	1.064	430	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	61.049	11.001
Obrigações tributárias e sociais	(226)	469	Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	41.204	61.049
Outras contas a pagar	186	222	Aumento no saldo de caixa e equivalentes de caixa	(19.845)	50.048
Caixa liq. (aplic. nas) gerado p/atividades operacionais	(3.089)	(4.275)			

As Demonstrações Financeiras completas encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas e interessados na sede social da Companhia.

Confira nosso site:
WWW.DATAMERCANTIL.COM.BR
As principais notícias do dia

VGM 006 Participações S.A.	
(em constituição)	
Ata da Assembleia Geral de Constituição Realizada em 02/03/2020	
Data e Horário: Aos 02/03/2020 às 10h00. Local: Sede Social, Rua Maria Cândida, 442, São Paulo-SP. Convocação e Presença: Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. Mesa: Presidente: Antonio Marcos Medeiros, Secretária: Dayana Sayed Alves. Ordem do dia: Deliberar a respeito da constituição de uma sociedade anônima sob a denominação de VGM 006 Participações S.A. (“Companhia”) e aprovação do estatuto social da companhia. Deliberações Tomadas por Unanimidade: (i) aprovação unânime pelos subscritores sem reserva e/ou ressalva, da constituição da VGM 006 Participações S.A. , regida pelo estatuto social que passa a integrar a presente ata como Anexo I; (ii) após a aprovação do estatuto social da companhia, procedeu a subscrição e integralização do capital social. O acionista Antonio Marcos Medeiros subscreeu 250 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, no valor de R\$ 250,00, com preço de emissão de R\$ 1,00, as quais serão totalmente integralizadas em até 60 dias contados da presente data, em moeda corrente nacional. Acionista Dayana Sayed Alves subscreeu 250 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, no valor de R\$ 250,00, com preço de emissão de R\$ 1,00, as quais serão totalmente integralizadas em até 60 dias contados da presente data, em moeda corrente nacional, conforme Anexo II; (iii) foram então eleitos para integrar a diretoria da companhia os Srs. Antonio Marcos Medeiros, RG nº M6.251.795 SSPMG e CPF nº 876.721.626-91, para o cargo de Diretor Presidente , e Dayana Sayed Alves, RG nº 43.992.310-4 SSPSP e CPF nº 352.020.358-88, para ocupar o cargo de Diretora sem designação específica , eleitos pela totalidade dos votos conferidos às ações ordinárias, os quais empobosados em seus cargos nos termos das disposições legais a respeito, para exercerem suas funções até a AGO da Companhia que aprovar as contas relativas ao exercício social findo em 31/12/2022. Os Diretores ora eleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei e que os impeçam de exercer atividades mercantis. A remuneração dos diretores será definida oportunamente. Encerramento: Nada mais. São Paulo, 02/03/2020. Assinaturas: Mesa: Antonio Marcos Medeiros – Presidente; Dayana Sayed Alves – Secretária. Carlos Augusto Madeira Godoy – OAB-SP 194.962 – Advogado. Anexo I – Estatuto Social. Capítulo I – Da Denominação, Sede e Duração. Artigo 1º. A Companhia tem a denominação social de VGM 006 Participações S.A. e é regida pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável. Artigo 2º. A Companhia tem sua sede na Rua Maria Cândida, 442, São Paulo-SP, podendo abrir filiais, escritórios ou representações em quaisquer localidades do território brasileiro ou do exterior, mediante resolução dos acionistas representando a maioria do capital social. Artigo 3º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado. Capítulo II – Do Objeto Social. Artigo 4º. A Companhia tem por objeto holding e participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como acionista ou quotista. Capítulo III – Do Capital e Ações. Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R\$ 500,00, dividido em 500 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Artigo 6º. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações da assembleia geral de acionistas. Capítulo IV – Das Assembleias Gerais. Artigo 7º. As assembleias gerais serão ordinárias e extraordinárias. As assembleias gerais ordinárias serão realizadas nos primeiros quatro meses do ano e as extraordinárias sempre que houver necessidade. Artigo 8º. A convocação de qualquer assembleia, quer ordinária, quer extraordinária, deverá ser feita mediante anúncio publicado por 3 vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto, a indicação da matéria, observados os demais preceitos previstos no artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15/12/1976 e suas posteriores alterações (“Lei 6.404”). § 1º. Independentemente do disposto no “caput” deste artigo, será considerada regularmente instalada a assembleia a que comparecer a totalidade dos acionistas. § 2º. Qualquer acionista poderá ser apresentado por procurador, na forma do artigo 126, § 1º da Lei 6.404, sendo então considerado presente à reunião. Da mesma forma, serão considerados presentes se derem seu voto por fax, telegrama ou qualquer outra forma escrita, devendo a via original do voto proferido ser arquivada na sede da sociedade. Artigo 9º. As deliberações nas assembleias gerais deverão ser aprovadas por maioria simples das ações de direito a voto, correspondendo a cada ação ordinária um voto. Capítulo V – Da Administração da Sociedade. Artigo 10º. A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por 02 membros, sendo um Diretor Presidente e um Diretor sem designação específica, eleitos pela assembleia para ocuparem seus cargos pelo período de 03 anos. § 1º. A qualquer tempo e sem motivo justificado poderão os acionistas promover a substituição dos membros por eles indicados para integrar a Diretoria, caso em que os acionistas se comprometem a tomar todas as providências cabíveis para a instalação de assembleia destinada a eleger o(s) substituto(s) daquele(s) Diretor(es) que for(em) afastado(s) ou se retirar(em), no prazo máximo de 30 dias contados da data em que houver sido comunicado o evento. § 2º. A remuneração dos Diretores será fixada pela assembleia e levada à conta de despesas gerais. Artigo 11º. A convocação de qualquer reunião de Diretoria deverá ser feita pela própria Diretoria com pelo menos 15 dias de antecedência da data designada, informando a data, a hora e o local da reunião, bem como a ordem do dia. Artigo 12º. Caberá ao Diretor Presidente, isoladamente ou ao Diretor sem designação específica em conjunto com o 1º procurador constituído em nome da sociedade, a prática dos atos necessários ou convenientes à administração desta, para tanto dispondo eles, dentre outros poderes, dos necessários para representação da Companhia em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições, públicas, autoridades federais, estaduais e municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais. § 1º. Os cheques, cambiais, ordens de pagamentos, escrituras ou quaisquer outros títulos, contratos ou documentos que importem em responsabilidade ou obrigação da sociedade deverão necessariamente ser assinados: (i) pelo Diretor Presidente; ou (ii) pelo Diretor sem designação específica em conjunto com o 1º procurador da sociedade, desde que investido de poderes específicos. § 2º. As procurações outorgadas pela Companhia serão sempre assinadas pelo Diretor Presidente e, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos, deverão, com exceção daquelas para fins judiciais, conter um período de validade limitado. Capítulo VI – Conselho Fiscal. Artigo 13º. O Conselho Fiscal funcionará de modo não permanente e será instalado na forma e nos casos previstos em lei. Capítulo VII – Do Exercício Social e da Distribuição de Resultados. Artigo 14º. O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração da sociedade, o relatório da administração, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras exigidas na Lei, submetendo-os à deliberação da assembleia, acompanhados do parecer do conselho fiscal, se em funcionamento. § 1º. Da totalidade dos lucros líquidos obtidos, 5% serão aplicados, antes de qualquer destinação, na constituição de reserva legal, a qual não excederá 20% do capital social, e 25% serão obrigatoriamente distribuídos aos acionistas, proporcionalmente à participação de cada um no capital social. § 2º. Poderá a assembleia, por proposta, destinar parte do lucro líquido para formação de outras reservas previstas em Lei. § 3º. A Companhia poderá, por deliberação da diretoria, levantar balanço semestral e declarar dividendo à conta de lucro apurado nesse balanço. A Companhia poderá ainda levantar balanços e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital, nos termos do artigo 204 da Lei nº 6.404/76. § 4º. A diretoria poderá também declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. § 5º. Os dividendos serão pagos no prazo de 60 dias da data em que forem declarados, salvo se outro prazo tiver sido expressamente determinado pela assembleia. Capítulo VIII – Legislação Aplicável e Foro. Artigo 15º. A Companhia será dissolvida nos casos previstos em lei ou em virtude de deliberação da assembleia. Artigo 16º. Em caso de liquidação ou dissolução da Companhia, exceto no caso de liquidação judicial, o liquidante será nomeado pela assembleia. Nessa hipótese, os haveres da Companhia serão empregados na liquidação das obrigações e o remanescente, se houver rateado entre os acionistas de acordo com a participação de cada um deles no capital social, na data da liquidação. Capítulo IX – Legislação Aplicável e Foro. Artigo 17º. Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo-SP para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas deste estatuto. Artigo 18º. Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos de acordo com os dispositivos da Lei nº 6.404, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.303 de 31/05/2001. Antonio Marcos Medeiros – Diretor Presidente; Dayana Sayed – Diretora sem designação específica. JUCESP – Registrado sob o NIRE 353005167-2 em 04/06/2020. Gisela Simiema Gersch – Secretária Geral.	

INSTITUTO DAS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA NO BRASIL

CNPJ nº 33.648.056/0001-06 - ENTIDADE INDIVIDUAL

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (em R\$)

Ativo	Notas	2019	2018 (*)	Passivo	Notas	2019	2018 (*)
Ativo Circulante		554.306,63	666.894,38	Passivo circulante		418.992,33	333.562,71
Caixa e equivalentes de caixa	4	284.334,41	491.509,76	Fornecedores		61.841,40	26.480,54
Aplicações financeiras		—	—	Obrigações sociais e trabalhistas		229.561,35	204.064,52
Valores a receber de clientes	5	38.149,77	50.728,46	Impostos e contribuições a recolher		12.463,64	9.982,71
Adiantamentos trabalhistas/fornecedores		32.620,04	23.558,39	Outras obrigações		—	—
Tributos a compensar		2.530,00	732,56	Receitas antecipadas	9	115.125,94	93.034,94
Outros créditos	6	190.490,00	94.433,58	Patrimônio social		10 14.501.456,92	15.074.046,49
Despesas antecipadas		6.182,41	5.931,63				
Ativo não circulante		14.366.142,62	14.740.714,82	Total do passivo		14.920.449,25	15.407.609,20
Imobilizado líquido	7	10.519.228,22	10.758.659,78				
Prop. para investimentos líquido	7	3.846.914,40	3.982.055,04				
Total do ativo		14.920.449,25	15.407.609,20				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (valores expressos em R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O INSTITUTO DAS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA NO BRASIL, com sede na Rua Dr. Cândido Mota Filho, 627, Casa 01 andar 2 - São Paulo - SP é uma associação civil, sem fim lucrativo, profissional de caráter educacional e de assistência social, que tem por finalidade a educação infantil, o ensino básico e médio e a prestação de serviços de assistência e promoção social e que se rege pelo seu estatuto social e legislação aplicável.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, notadamente a NBC TG 1000 - Contabilidade Para Pequena e Médias Empresas, aprovada pela resolução CFC nº 1255/09, e considerando também os aspectos a serem observados em conformidade com o ITG 2002 R1 - Entidades Sem Finalidade de Lucro aprovada pela resolução CFC nº 1409/12. As demonstrações contábeis foram preparadas pelo valor justo no momento da execução dos instrumentos financeiros, mensurados pelo valor justo por meio do mercado. Na elaboração das Demonstrações Contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As Demonstrações Contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do Ativo Imobilizado e Intangível, determinação de provisionar para créditos de liquidação duvidosa e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As Demonstrações Contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. A autorização de divulgação das Demonstrações Contábeis ocorreu em 08/05/2020.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) **apuração do resultado:** as receitas, inclusive as doações, subvenções, bem como as despesas, foram registradas pelo regime de competência, e reconhecida no resultado em função de sua realização; b) **caixa e equivalentes de caixa:** caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata que apresentam risco insignificante de mudança de valor, normalmente com vencimento em prazo menor que 90 dias (curto prazo), ou quando maior, seja destinada a atender compromissos de caixa de curto prazo; c) **aplicações financeiras:** foram registradas aos valores nominais acrescidos dos rendimentos correspondentes, por meio do resultado, auferidos até a data do Balanço, que não superam o valor de mercado, de acordo com taxas pactuadas com as instituições financeiras; d) **contas a receber:** foram reconhecidas em função da realização da receita; e) **provisão para créditos de liquidação duvidosa:** constituída em montante considerado suficiente para absorver possíveis perdas; f) **Imobilizado:** avaliado pelo custo de aquisição, acrescido de reavaliação espontânea, depreciado pelo método linear às taxas que levam em consideração a vida útil dos bens reduzida ao valor recuperável se fosse o caso; g) **Intangível:** avaliado pelo custo de aquisição, amortizado pelo método linear às taxas que levam em consideração a vida útil dos ativos, reduzido ao valor recuperável se fosse o caso; h) **Obrigações sociais e trabalhistas:** foram registrados os valores efetivamente devidos e inclui a licença remunerada (férias) com os respectivos encargos já incorridos até a data do balanço; i) **Imunidade:** o Instituto é imune do imposto sobre a renda da pessoa jurídica, da COFINS e da contribuição social sobre o lucro; j) **Isenções:** o Instituto é isento da contribuição empresarial devida ao INSS sobre a folha de pagamento e sobre serviços tomados de autônomos. As respectivas contribuições dos valores que seriam devidos são registradas em contas específicas de despesa, tendo como contrapartida o reconhecimento de um passivo. Depois de atendidos os requisitos da lei 12.101/2009 o reconhecimento da isenção usufruída é registrado baixando-se o passivo em contra partida ao grupo da despesa de reversão à quota patronal; k) **Gratuidades:** as gratuidades relativas a assistência educacional e a assistência social são registradas em contas específicas de despesas.

Contas	Taxa de depreciação	2018	Adições	para resultado	Transferências	2019
Imobilizado líquido		10.758.659,78	(239.297,47)	(133,67)		10.519.228,64
Total bens em uso		14.095.043,19	38.393,78	(3.450,00)		14.129.986,97
Terreno		6.750.568,00	—	—		6.750.568,00
Edificações	2,127 a 6,66	5.983.462,08	—	143.407,37		6.126.869,45
Móveis e utensílios	5,00 a 16,66	501.281,09	3.388,60	(3.450,00)		501.211,69
Equipamentos de informática	12,50 a 20,00	130.223,80	0,00	—		130.223,80
Máquinas e equipamentos	6,66 a 20,00	225.264,08	11.519,70	—		236.783,78
Veículos	12,00 a 20,00	169.353,84	—	—		169.353,84
Instalações	5,00 a 12,50	181.175,71	—	—		181.175,71
Biblioteca	10	640,00	—	—		640,00
Brinquedos	10,00 a 12,00	24.007,95	—	—		24.007,95
Obras em andamento	—	129.066,64	14.340,73	(143.407,37)		—
Depreciação acumulada	—	(3.336.383,41)	(277.691,25)	3.316,33		(3.610.758,33)

Contas	Taxa de depreciação	2018	Adições de Prop. Investimento	Transferências	2019
Imóveis - Prop. para Invest.		3.982.055,04	(135.140,64)		3.846.914,40
Total Prop. de Invest.		5.892.429,78	(5.892.429,78)		—
Terreno		589.572,00	—	—	589.572,00
Edificações	2,127 a 6,66	5.302.857,78	—	—	5.302.857,78
(-) Depreciação		(1.910.374,74)	(135.140,64)		(2.045.515,38)

Contas	Taxa de depreciação	2017	Adições	para resultado	Transferências	2018
Imobilizado líquido		14.867.779,54	(119.666,72)	(7.398,00)	(3.982.055,04)	10.758.659,78
Total bens em uso		19.711.038,57	283.832,40	(7.398,00)	(5.892.429,78)	14.095.043,19
Terreno		7.340.140,00	—	—	—	7.340.140,00
Edificações	2,127 a 6,66	11.159.290,29	134.427,57	(7.398,00)	(5.983.462,08)	12.292.857,78
Móveis e utensílios	5,00 a 16,66	496.621,09	4.660,00	—	—	501.281,09
Equipamentos de informática	12,50 a 20,00	127.126,50	3.097,30	—	—	130.223,80
Máquinas e equipamentos	6,66 a 20,00	212.683,19	12.580,89	—	—	225.264,08
Veículos	12,00 a 20,00	154.573,84	—	—	14.780,00	169.353,84
Instalações	5,00 a 12,50	195.955,71	—	—	(14.780,00)	181.175,71
Biblioteca	10	640,00	—	—	—	640,00
Brinquedos	10,00 a 12,00	24.007,95	—	—	—	24.007,95
Obras em Andamento	—	129.066,64	129.066,64	—	—	—
Depreciação acumulada	—	(4.843.259,03)	(403.499,12)	1.910.374,74	(3.336.383,41)	(3.336.383,41)

Contas	Taxa de depreciação	2018	Adições de Prop. Investimento	Transferências	2019
Imóveis - propr. para invest.		3.982.055,04	(135.140,64)		3.846.914,40
Total Prop. de Invest.		5.892.429,78	(5.892.429,78)		—
Terreno		589.572,00	—	—	589.572,00
Edificações	2,127 a 6,66	5.302.857,78	—	—	5.302.857,78
(-) Depreciação		(1.910.374,74)	(135.140,64)		(2.045.515,38)

Contas	Taxa de depreciação	2017	Adições de Prop. Investimento	Transferências	2018
Imóveis - propr. para invest.		0,00	3.982.055,04		3.982.055,04
Total Prop. de Invest.		0,00	5.892.429,78		5.892.429,78
Terreno		0,00	589.572,00		589.572,00
Edificações	2,127 a 6,66	0,00	5.302.857,78		5.302.857,78
(-) Depreciação		2,127 a 6,66	(1.910.374,74)		(1.910.374,74)

8. ATIVO INTANGÍVEL

Contas	Taxa de Amort.	2018	Adições	2019
Intangível líquido		—	—	—
Software	20	2.587,66	—	2.587,66
(-) Amortização Acumulada	—	(2.587,66)	—	(2.587,66)
Conta	Taxa de Amort.	2017	Adições	2018
Intangível líquido		—	—	—
Software	20	2.587,66	—	2.587,66
(-) Amortização Acumulada	—	(2.587,66)	—	(2.587,66)

9. RECEITAS ANTECIPADAS

Representam anuidades recebidas por ocasião da assinatura do contrato de serviços educacional relativo ao ano seguinte.

Conta	2019	2018
Mensalidades escolares antecipada	115.125,94	93.034,94

10. PATRIMÔNIO SOCIAL

Formado por resultados apurados em exercícios anteriores, desde sua fundação em 1935.

11. AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

A Entidade contabilizou o valor de R\$ 129.066,64 a título de ajuste de exercícios anteriores. As retificações de registros contábeis correspondem, substancialmente, a ajustes decorrentes do registro de gastos com reforma registradas indevidamente no ano de 2018 como manutenção predial em valores relevantes, quando este deveria ter sido imobilizado. Conforme recomendado pela NBC T 19.11, aprovada pela resolução CFC n.º 1.179/09, e com o intuito de permitir a comparabilidade destas demonstrações contábeis em 2019, a administração da Entidade ajustou retrospectivamente os efeitos da supracitada situação no saldo de abertura de 31 de dezembro de 2018. O quadro a seguir demonstra comparativamente os saldos ajustados (representado) e os saldos originais.

Patrimônio líquido	Saldo em 31/12/2018, antes do ajuste	14.944.979,85
Gastos com reforma reconhecida indevidamente em despesa		(129.066,64)
Saldo em 31/12/2018 após a reapresentação		15.074.046,49

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (em R\$) (não há outros resultados abrangentes)

Operações em continuidade	Notas	2019	2018 (*)
Receitas escolares		1.320.625,76	1.243.550,97
Receitas escolares		1.772.260,30	1.619.469,49
(-) Deduções da receita		(451.634,54)	(375.918,52)
Gratuidades concedidas		(244.909,74)	(247.100,97)
Bolsa a Filhos de Funcionários		(78.385,56)	(48.986,54)
Descontos Concedidos		(128.339,24)	(79.831,01)
Outras receitas		2.476.751,28	2.990.527,33
Receitas com doações e promoções	12	1.912.904,48	2.592.166,35
Outras receitas	13	563.846,80	398.360,98
(-) Custo assist. social e educacional		(812.905,38)	(753.886,69)
Gastos em ação educacional		(759.310,90)	(703.372,39)
Gastos em ação social		(53.594,48)	(50.514,30)
(=) Superávit bruto		2.984.471,66	3.480.191,61
(-) Despesas		(3.562.148,22)	(3.590.835,27)
Despesas administrativas, gerais e tributárias		(2.920.829,51)	(3.015.767,98)
Despesas com pessoal e terceiros		(1.056.170,78)	(964.802,42)
Reversão da cota patronal		414.852,07	389.735,13
Resultado antes das rec./desp. financ.		(577.676,56)	(110.643,66)
Receitas financeiras		27.760,40	15.904,79
Despesas financeiras		(22.673,41)	(17.341,30)
superávit/(déficit) do exercício		(572.589,57)	(112.080,17)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

Gastos com assistência social	2019	2018
	53.594,48	50.514,30

16. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Ativo - 2019	Educação	Social	Fraternidade	Administração
Ativo circulante	210.629,48	36.782,68	46.143,52	260.750,95
Caixa e equivalentes de caixa	145.595,58	36.782,68	34.829,74	67.126,41
Aplicações financeiras	—	—	—	—
Valores a receber de clientes	38.149,77	—	—	—
Adiantamentos	—	—	—	—
trabalhistas/fornecedores	26.578,69	—	2.833,93	3.207,42
Tributos a compensar	15,44	—	—	2.297,44
Outros créditos	290,00	—	—	190.200,00
Despesas antecipadas	—	—	6.182,41	—
Ativo não circulante	889.405,30	14.477,75	9.599.552,76	3.862.706,81
Imobilizado líquido	889.405,30	14.477,75	9.599.552,76	15.792,41
Prop. para investimentos líquido	—	—	—	3.846.914,40
Total do ativo	1.100.034,78	51.260,43	9.645.696,28	4.123.457,76

Ativo - 2018 (*)	Educação	Social	Fraternidade	Administração
Ativo circulante	220.371,42	74.797,06	113.660,37	258.065,53
Caixa e equivalentes de caixa	150.788,02	74.797,06	103.125,30	162.799,38
Aplicações financeiras	—	—	—	—
Valores a receber de clientes	50.728,46	—	—	—
Adiantamentos	—	—	—	—
trabalhistas/fornecedores	18.839,50	—	4.603,44	115,45
Tributos a Compensar	15,44	—	—	717,12
Outros créditos	—	—	—	94.433,58
Despesas antecipadas	—	—	5.931,63	—
Ativo não circulante	919.490,58	4.907.721,60	4.910.543,33	4.002.959,31
Imobilizado líquido	919.490,58	4.907.721,60	4.910.543,33	20.904,27
Prop. para investimentos líquido	—	—	—	3.982.055,04
Intangível líquido	—	—	—	—
Total do ativo	1.139.862,00	4.982.518,66	5.024.203,70	

INSTITUTO DAS FRANCISCANAS MISSIONÁRIAS DE MARIA NO BRASIL
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtenção de evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade

operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de maio de 2020.
Fabrizi & Cia S/S Auditores Independentes
CRC 2 SP 17245/0-0
Regiane Kida Pecorelli Fabrizi
Contadora CRC 1 SP 193797/0-0

TUP Porto São Luís S.A.

CNPJ/MF nº 18.729.181/0001-57

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos Patrimoniais		2019		2018	
Ativo					
Circulante		147.096	171.194		
Caixa e equivalentes de caixa		143.620	170.433		
Adiantamentos diversos		532	761		
Créditos Fiscais		2.463	-		
Custos financeiros à apropriar		354	-		
Despesas pagas antecipadamente		127	-		
Não circulante		327.664	298.572		
Realizável a longo prazo		31	1.282		
Custos financeiros à apropriar		-	1.197		
Outros créditos		31	85		
Imobilizado		326.864	296.565		
Intangível		769	725		
Total do ativo		474.760	469.766		
Passivo					
Circulante		5.471	20.050		
Fornecedores		595	2.957		
Fornecedores e outras contas a pagar – partes relacionadas		3.922	-		
Empréstimos		-	16.427		
Impostos e Contribuições a Recolher		271	279		
Tributos Parcelados		68	76		
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		615	293		
Conta corrente com empresas do grupo		-	18		
Não circulante		70.666	74.968		
Tributos parcelados e outros débitos		280	322		
Tributos diferidos		70.386	74.646		
Patrimônio líquido		398.623	374.748		
Capital social		262.665	240.961		
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	37		
Reservas de lucros		135.958	133.750		
Total do passivo e patrimônio líquido		474.760	469.766		
Demonstrações dos Resultados Abrangentes					
		2019	2018		
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		2.208	(5.444)		
Outros componentes do resultado abrangente		-	-		
Resultado abrangente do exercício		2.208	(5.444)		
Demonstrações de Resultado					
		2019	2018		
Despesas operacionais		(7.826)	(4.125)		
Despesas Administrativas		(1.546)	(993)		
Comerciais		(9.372)	(5.118)		
Prejuízos operacionais		(9.372)	(5.118)		
Resultado financeiro		7.320	(326)		
Prejuízos antes do IRPJ e da CSLL		(2.052)	(5.444)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		4.260	-		
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		2.208	(5.444)		
Demonstração dos Fluxos de Caixa					
		2019	2018		
Fluxos de caixa das atividades operacionais		2.208	(5.444)		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(4.260)	-		
Ajustes por: IRPJ e contribuição social diferidos		39	26		
Depreciação		9	30		
Juros sobre tributos parcelados		1.317	-		
Custos financeiros apropriados		(687)	(5.388)		
Varições nos ativos e passivos					
(Aumento) Redução dos ativos					
Adiantamentos diversos		229	-		
Créditos Tributários		(2.463)	-		
Despesas pagas antecipadamente e outros ativos		(247)	(827)		
Outros créditos		54	-		
Aumento (redução) dos passivos					
Fornecedores		(2.362)	92		

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, auditadas pela KPMG Auditores Independentes, estão à disposição dos Srs. Acionistas na Sede da Companhia.

Joseense Transportes de Passageiros Ltda.

CNPJ/ME nº 33.666.065/0001-20

Demonstrações Financeiras

Balancos Patrimoniais – Levantados em 31 de dezembro de 2019		2019		2019	
Ativo					
Circulante		42.993	29.793		
Caixa e equivalentes de caixa		10.195	482		
Estoques		703	550		
Partes relacionadas		860	1.283		
Adiantamentos		30.000	53		
Outros créditos		987	5.242		
Não circulante		19.920	7.694		
Realizável a longo prazo		4.955	734		
Partes relacionadas		4.900	13.745		
Depósitos		53	5.081		
Tributos diferidos		2	1.006		
Imobilizado		14.758	91		
Intangível		207	3.624		
Total do ativo		62.913	264		
Passivo					
Circulante		29.793	29.793		
Empréstimos e financiamentos		-	482		
Arrendamentos financeiros		-	550		
Fornecedores		-	1.283		
Obrigações tributárias		-	53		
Obrigações trabalhistas		-	5.242		
Adiantamentos		-	7.694		
Outras obrigações		-	734		
Partes relacionadas		-	13.745		
Não circulante		5.081	5.081		
Empréstimos e financiamentos		-	1.006		
Arrendamentos financeiros		-	91		
Tributos diferidos		-	3.624		
Outras obrigações		-	96		
Passivos contingenciais		-	264		
Patrimônio líquido		28.039	28.039		
Capital social		29.131	29.131		
Prejuízos acumulados		(1.092)	(1.092)		
Total do passivo e patrimônio líquido		62.913	62.913		
Índices de liquidez					
		2019			
Solvência geral	= Ativo total	62.913 = 1,80			
	= Passivo circulante + Passivo não circulante	34.874			
Liquidez corrente	= Ativo circulante	42.993 = 1,44			
	= Passivo circulante	29.793			
Liquidez geral	= Ativo circulante + Realizável a longo prazo	47.948 = 1,37			
	= Passivo circulante + Passivo não circulante	34.874			
Liquidez imediata	= Disponível	10.195 = 0,34			
	= Passivo circulante	29.793			
Índices de estrutura patrimonial					
		2019			
Endividamento	= Passivo circulante + Passivo não circulante	34.874 = 1,24			
	= Patrimônio líquido	28.039			
Composição do endividamento	= Passivo circulante	29.793 = 0,85			
	= Passivo não circulante	34.874			
Notas Explicativas					
1. Informações sobre a Empresa – A Joseense Transportes de Passageiros Ltda., (“Empresa” ou “Joseense”) é uma sociedade limitada, faz parte do Grupo Comporte desde 01/11/2019, com sede social localizada na Rodovia Presidente Dutra, s/n, KM 148 – Vila Tatuteba, São José dos Campos, no Estado de São Paulo. Fundada em 02/05/2019, tem como finalidade a prestação do serviço de transporte coletivo urbano de passageiro na município de São José dos Campos-SP, exclusivamente na modalidade convencional, através de ônibus, trólebus ou outros veículos de transporte apropriado ao transporte coletivo de passageiros. A emissão das demonstrações financeiras da empresa foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28/02/2020. 2. Apresentação das demonstrações financeiras – As demonstrações financeiras, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversos métodos de avaliação que utilizam estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Os itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor recuperável dos terrenos e edificações, análise do risco de crédito para					

Paulo Sérgio Coelho – Diretor

Maria Zélia R. S. França – Diretora

Victor Panhota da Silva – Controller CRC SP 302.068/0-8

Traga suas publicações legais para

Data Mercantil

Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br

Bolsas da Europa fecham em queda com coronavírus nos EUA

As Bolsas da Europa fecharam em queda nesta sexta-feira, 3, em um dia de negócios mais contidos por conta do Feriado da Independência dos Estados Unidos, que mantém os mercados americanos fechados. Apesar de dados econômicos positivos, investidores seguem preocupados com o acelerado avanço do coronavírus nos EUA. O noticiário no continente também foi dominado pela substituição do primeiro-ministro da França. O índice pan-europeu Stoxx 600 encerrou em baixa de 0,78%, a 365,43 pontos, mas subiu 1,98% na semana.

Na Bolsa de Londres, o índice FTSE 100 cedeu 1,33%, a 6.157,30 pontos, com perda semanal de 0,03%. A IHS Markit e o CIPS divulgaram hoje que o índice de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) de serviços do Reino Unido saltou de 29 em maio para 47,1 em junho, um pouco acima da expectativa de analistas consultados pelo The Wall Street Journal, de 47. O PMI composto, que engloba serviços e indústrias passou de 30 para 47,7.

Na zona do euro, o PMI composto também surpreendeu, com alta de 31,9 para 48,5 no mesmo intervalo, enquanto o consenso do mercado apontavam para ganho a 47,5. Já a atividade na Alemanha avançou de 32,3 para 47. Mesmo assim, na Bolsa de Frankfurt, o índice DAX perdeu 0,64%, a 12.528,18 pontos, embora tenha subido 3,63% na semana

IstoéDinheiro

Negócios

Fiat tem primeira mulher no comando de uma fábrica no Brasil



Aos 31 anos, a engenheira pernambucana Juliana Coelho vai assumir o comando da fábrica da FCA Fiat Chrysler, em Goiana (PE), chamada de Polo Automotivo Jeep. É a primeira mulher a ocupar esse cargo no grupo na América Latina.

A fábrica, inaugurada em 2015, é considerada uma das mais modernas da FCA no mundo. Produz atualmente os utilitários-esportivos Renegade e Compass, da Jeep, e picape Fiat Toro.

Juliana substituirá o também engenheiro italiano Pierluigi Astorino, de 38 anos, que vai assumir o cargo de diretor de manufatura do grupo América Latina.

Ela fez parte do primeiro time de funcionários da Jeep e, desde então, vem construindo carreira ascendente na empresa. Já exerceu os cargos de supervisora e gerente da área de pintura e gerente do setor de montagem de veículos. Mais recentemente chefiou a área de VLM, responsável por novos desenvolvimentos na manufatura para a América Latina na fábrica de Betim (MG).

“Cresci com o DNA Jeep e essa experiência no Vehicle Line Manufacturing me deu a oportunidade de entender melhor a região da América Latina, de adquirir uma bagagem interessante para essa nova etapa”, diz Juliana. “Estou feliz em estreitar esse

novo ciclo na FCA, é um desafio e eu gosto de desafios”.

Segundo a FCA, Juliana se destacou pelo conhecimento técnico e pela habilidade de liderar equipes. Agora, ela terá como missão dar continuidade ao trabalho de aperfeiçoar a produção da Jeep, que em 2019 conquistou a certificação Prata do World Class Manufacturing, se tornando a planta que alcançou esse nível em menor tempo de operação na América Latina.

“Vamos continuar evoluindo dando ênfase ao desenvolvimento de produtos, a contínua melhoria de processos e investindo nas nossas pessoas, sem dúvida um dos principais diferenciais da Jeep”, afirma a engenheira.

Biznews

Quem vendeu imóvel para comprar outro e foi pego pela pandemia perde isenção de imposto

A pandemia do coronavírus demoliu o projeto imobiliário da professora Juliana Felipe, 45 anos. Em dezembro de 2019, Juliana vendeu seu apartamento em Lauro de Freitas, na região metropolitana de Salvador, com a intenção de comprar um outro, maior, no bairro da Barra.

Escolhida a morada de seus sonhos, ela fez uma proposta à proprietária e negociou a compra com ela. Esbarrou em um problema típico da pandemia: a proprietária é uma idosa que mora no interior da Itália -um dos países mais afetados pela Covid-19. O filho da proprietária não pode viajar ao Brasil para concluir a venda.

Nesse imbróglio, Juliana perdeu o prazo de seis meses fixado por lei para que vendedor de imóvel fique isento de pagamento de imposto sobre a diferença entre o valor que pagou ao com-

prá-lo e o recebido na venda.

Pela lei, o contribuinte que vende um imóvel tem seis meses para comprar outro sem ter que pagar pelo chamado ganho de capital. O imposto aplicado é de 15% sobre a diferença de preço.

Essa isenção serve para incentivar a construção civil e impedir que o vendedor de imóvel opte, por exemplo, por especular no mercado financeiro.

Juliana ainda pretende comprar outro apartamento com o produto da venda de seu imóvel antigo. Mas terá que pagar imposto sobre a venda do antigo após o fim do prazo de declaração do IR, na última terça-feira (30).

Vice-presidente do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Mato Grosso e dono de uma imobiliária, Claudécir Contreira testemunha várias situações como essa.

Catia Seabra/Folhapress



Azul vende participação indireta na TAP ao governo português



A Azul anuncia a venda de sua participação acionária na TAP ao governo português. A venda da participação indireta de 6% foi por cerca de R\$ 65 milhões, com eliminação do direito de conversão dos bônus seniores detidos pela Azul de 90 milhões de euros com vencimento em 2026.

“Como muitas outras companhias aéreas em todo o mundo, a TAP foi severamente impactada pela crise da pandemia de covid-19.

Com a ajuda fornecida pelo governo português, seremos capazes de garantir a continuidade da TAP, e também manter a integridade de nosso investimento”, afirma John Rodgeron, CEO da Azul, em fato relevante.

Os bônus têm valor de face mais juros acumulados de R\$ 680 milhões. As demais condições contratuais dos bônus seniores serão mantidas, “incluindo o status de credor sênior, taxa de juros anual de 7,5% e o direito à constituição das garan-

tias previstas nos respectivos termos e condições, como o programa de fidelidade da TAP”, diz a Azul em comunicado. A transação está sujeita a aprovação de acionistas em assembleia geral extraordinária.

O governo de Portugal anunciou nesta quinta-feira, dia 2, que voltará a assumir o controle da TAP para evitar a falência da companhia aérea em meio à pandemia do novo coronavírus, segundo a imprensa portuguesa.

IstoÉDinheiro